



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001834-04.2012.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ADRIANA JOANA DA CUNHA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

ADRIANA JOANA DA CUNHA, qualificada nos autos, está sendo processada pela suposta infração ao artigo 155, parágrafo 4º, inciso II, do Código Penal, porque, de acordo com a denúncia, no dia 5 de julho de 2012, pela manhã, na residência localizada na rua Eduardo Apreia, n. 705, neste município de Ibaté, teria subtraído, para si, com abuso de confiança, um telefone celular pertencente à vítima Maria Aparecida Prado.

A denúncia foi recebida em 10 de setembro de 2012 (fls. 27).

Determinada a suspensão do processo e do fluxo do prazo prescricional (fls. 55).

Citada pessoalmente a fls. 104, a ré ofereceu resposta à acusação a fls. 155.

Procedeu-se à oitiva da vítima e de duas testemunhas (fls. 66/68) e ao interrogatório (fls. 178/179).

As partes manifestaram-se em alegações finais requerendo a absolvição (fls. 182/183 e 188/190).

É o relatório.
 Fundamento e decido.

A ação penal é improcedente.

A existência material da infração está demonstrada no auto de exibição e apreensão de fls. 7 e na prova oral produzida.

Está comprovado, também, que a ré praticou a conduta, haja vista que os elementos amealhados harmonizam-se com a confissão judicial.

Interrogada em Juízo, a denunciada declarou: *"Meu marido me espancava muito, ele queria que eu roubasse as coisas para ele comprar droga, foi por isso que eu fiz"*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A vítima confirmou a subtração de seu bem, asseverando: *"Ela chegou na minha casa e pediu para usar o banheiro, depois para tomar café. E eu tava no tanque lavando roupa. Aí, assim que ela saiu, o celular estava em cima do balcão e quando minha filha chegou, disse: mãe, cadê o meu celular?"*

Ainda, informou o investigador de polícia Antonio Adegas Martinelli Júnior: *"Após tomar conhecimento do furto, a vítima havia dito que Adriana tinha ido até a casa dela; momentos depois ela não viu mais o celular. Localizada, Adriana foi levada à Delegacia e confessou o furto e disse que havia vendido para Leonilda, que informou desconhecer a origem do celular. Salvo engano, Adriana disse que costumava frequentar a casa da vítima, quando viu o aparelho perto de uma janela e subtraiu o celular".*

Sucede que, ainda assim, conforme ressaltado pelo autor da ação penal, a ré atuou sob coação moral irresistível, uma vez que seu ex-companheiro a ameaçava e agredia para que praticasse infrações patrimoniais, tendo por objetivo angariar fundos para sustentar seu vício em entorpecentes.

Trata-se de versão ordenada apresentada pela acusada sempre que ouvida e, nos termos da manifestação ministerial, amparada na foto de fls. 15, em que se nota que ela era vítima de agressões.

Presente a causa excludente de culpabilidade, impõe-se a absolvição.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação penal e absolvo a ré ADRIANA JOANA DA CUNHA, filha de Adriano Severino da Cunha e de Virgínia Aparecida de Souza Mendonça, da acusação consistente na prática do delito previsto no artigo 155, parágrafo 4º, inciso II, do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal.

Honorários pelo convênio em 100%. Expeça-se certidão.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 12 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**